

CURSO
CULTURA POLÍTICA SOCIALISTA

Colonialismo e neocolonialismo

Fundação João Mangabeira

Brasília, 2011



Sede própria - SHIS QI 5 Conjunto 2 Casa 2
CEP 71615-020 - Lago Sul - Brasília, DF
Telefax: 61 3365-4099 / 3365-5277 / 3365-5279
www.fjmangabeira.org.br
www.tvjoaomangabeira.com.br

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: Carlos Siqueira
Diretor-Financeiro: Renato Xavier Thiebaut
Diretor de Assessoria: Marcos Rezende Villaça Nunes
Diretor de Cursos: José Carlos Saboia
Diretora-Administrativa: Carmen Soriano Puig

CONSELHO CURADOR

Membros natos

Eduardo Henrique Accioly Campos
Carlos Siqueira

Membros eleitos pelo

Diretório Nacional do PSB

Luiza Erundina de Sousa
Roberto Amaral
Serafim Fernandes Corrêa
Kátia Born Ribeiro
Mari Elizabeth Trindade Machado
Antônio Cesar Russi Callegari

CONSELHO FISCAL

Cacilda de Oliveira Chequer
Auxiliadora Maria Pires Siqueira da Cunha
Antônio Marcos Ferreira Duarte

Suplentes

Marcos José Mota Cerqueira
Dalton Rosa Freitas

Membros eleitos pelo Conselho Curador

Jaime Wallwitz Cardoso
Dalvino Trocolli Franca
Jaime Lewis Gorman Jr.
Alexandre Aguiar Cardoso
Sérgio Machado Resende
Adilson Gomes da Silva
Álvaro Cabral
Carlos Eugênio Sarmento Coelho da Paz
Silvânio Medeiros

Suplentes

Paulo Blanco Barroso
Elaine Breintebach
Paulo Braccarense
Joe Carlo Vianna Valle
Manoel Antônio Vieira Alexandre

Sumário

1	Apresentação	5
2	Conceitos básicos	9
	<i>Colonização</i>	9
	<i>Colonialismo</i>	0
	<i>Neocolonialismo: diferentes vertentes na literatura</i>	11
	<i>Linha do tempo</i>	15
	<i>Congresso de Berlim</i>	16
3	A sociedade sujeita ao estatuto próprio do neocolonialismo	19
	<i>Características gerais</i>	19
	<i>A dinâmica econômica e o embotamento do mercado interno</i>	21
4	A superação da condição colonial: o Brasil da era Vargas	25
	<i>A superação do modelo agrário-exportador</i>	26
	<i>A modernização da era Vargas</i>	28

5	Aumento da complexidade econômica: o modelo de substituição de importações	31
	<i>A diferenciação econômico-social e a emergência de conflitos</i>	32
	<i>Os militares e o processo de industrialização</i>	34
	<i>As limitações do processo desenvolvimentista dos militares</i>	36
6	Os Fernandes e a superação do cenário crítico oriundo da ditadura	39
	<i>Qualificando a opção neoliberal e suas consequências</i>	42
7	A importância das instituições multilaterais na configuração da hegemonia americana	47
	<i>Acordo de Bretton Woods</i>	48
	<i>Fundo Monetário Internacional</i>	49
	<i>Banco Mundial</i>	50
	<i>Organização Mundial do Comércio</i>	51
	<i>A gramática neoliberal</i>	52
8	O dilema do desenvolvimento: requerimentos que se apresentam ao Brasil	55
	<i>Conquistas do período Lula</i>	55
	<i>Desafios por vencer</i>	58
	<i>Conclusão</i>	60
9	Bibliografia	65

Apresentação

Carlos Siqueira *

Presidente da Fundação João Mangabeira

O documento que ora se apresenta corresponde ao texto de referência da aula 2 do curso Cultura Política Socialista, organizado pela Fundação João Mangabeira. Trata, no essencial, das questões relacionadas ao colonialismo e neocolonialismo, preocupando-se especialmente, contudo, em atualizar o debate para as condições contemporâneas e, muito particularmente, para o debate político que se trava no Brasil, quanto aos constrangimentos ao desenvolvimento, que decorrem de nossa inserção subalterna na economia mundial.

O tema apresenta grande relevo político, demonstrando-se fundamental para as tarefas próprias a um partido de esquerda, como o é o PSB. As questões referentes ao colonialismo e neocolonialismo pressupõem, para fins de sua adequada apreciação, um ponto de vista específico, ou seja, o daqueles que tomam a emancipação como valor, o que inclui tanto a adesão às causas populares, quanto a superação da subalternidade na ordem internacional. O tema, portanto, pertence à esquerda e seus partidos políticos, uma vez que os conservadores e afluentes não podem tomar por problemática justamente a ordem de que derivam seu poder e afluência.

Nesse sentido específico, muito embora se trate de temática distinta daquela abordada na aula 1, cujo tema foi Democracia e reforma política: radicalizando a democracia, a aula 2 mantém íntegra a mesma perspectiva, ou seja, a de que se impõe superar o cenário de desigualdade e injustiça social, de exclusão, que perpassa o conjunto da história brasileira. Observe-se, contudo, que tal condição que se explica, de modo direto e insofismável, ainda que não exclusivamente, pelo padrão de relacionamento que temos mantido para com as nações centrais. Estas, revezando-se em termos de hegemonia econômica e política, submetem o resto do mundo a uma condição colonial mais ou menos explícita, que se realiza na forma de espoliação, miséria, degradação do patrimônio cultural (e genético), elementos de uma subcidadania que cabe aos partidos de esquerda denunciar e suplantar, desenvolvendo para tanto um projeto de país, cujo primado seja a autonomia.

Como ocorreu ao primeiro texto de referência – Democracia e Reforma Política – Radicalizando a democracia, o principal foco deste trabalho consiste em evidenciar as teses do PSB no debate acerca das questões apresentadas, detalhando-as com a maior clareza possível. Sem que se perca de vista, portanto, o rigor que se impõe à reflexão teórica, este trabalho procura constituir-se, igualmente, em espaço para a formulação de teses, para a apreciação crítica da práxis política, tendo-se por meta principal conceber meios e modos que permitam superar a condição de subalternidade que se impõe à nação brasileira.

Esta superação, contudo, não inscreve na expectativa de uma igualdade com aqueles que nos oprimem, na opressão que já realizam. Luta-se por outra ordem internacional que não condene os já onerados pelo peso do atraso com as esporas da espoliação e da miserabilidade (que dela decorre). Os ideais que apenas muito

tímida e limitadamente se realizaram com o sistema ONU precisam ser animados por outros atores. Cabe, portanto, aos países emergentes, e dentre eles o Brasil, atuar concretamente para redesenhar um arranjo político que, em lugar de pacificar o mundo, serve de modo imediato aos interesses da dominação, dando causa à beligerância institucionalizada - que repercute de modo imediato os interesses geopolíticos dos países centrais. Recusa-se, portanto, esta pax americana, que em nome da difusão da democracia pelo mundo, arroga-se legitimidade para fazer, supostamente em nome de todos, guerras que servem apenas a interesses privados.

* **Carlos Siqueira** é advogado. Atualmente é Primeiro Secretário Nacional do PSB e Presidente da Fundação João Mangabeira.



Conceitos básicos

Colonização

Em uma primeira aproximação pode-se pensar a colonização como um conjunto de atitudes políticas, econômicas e militares, almejando a aquisição de territórios, por meio da conquista, comumente envolvendo a ocupação populacional.

A primeira referência histórica à colonização, como a entendemos modernamente, pode ser encontrada nos séculos XV e XVI, período em que os europeus, principalmente portugueses e espanhóis, dominaram o continente latino-americano, avançando ainda sobre porções litorâneas da África, além de parte do continente asiático. Neste primeiro momento, o objetivo principal dos países colonizadores envolvia a exploração de recursos naturais, particularmente produtos que fossem de grande interesse do comércio internacional, além de metais preciosos. Vale lembrar, a título de observação, que na época vigiam as **doutrinas mercantilistas**, que acreditavam residir nas trocas internacionais vantajosas a razão de ser da potência das nações.

Mercantilismo é a doutrina econômica adotada entre os séculos XVI e XVIII, a partir do fim do feudalismo e da formação dos Estados-nação. A partir dela defendia-se que a riqueza de uma economia nacional dependia do incremento do volume de metais preciosos, viabilizado pelo estímulo ao comércio exterior, intensamente protecionista, e com uma ampla intervenção do Estado na economia.

A política econômica mercantilista estava voltada para três objetivos principais: o desenvolvimento da indústria, o crescimento do comércio e a expansão do poderio naval.

O desenvolvimento da Inglaterra, ainda no âmbito da economia mercantilista, ou seja, calcada fundamentalmente no comércio internacional e, posteriormente, o advento da **primeira revolução industrial** no século XVIII, alteraram profundamente a lógica da colonização. A partir desse momento surge uma nova potência imperial¹ – Inglaterra –, além de novos atores, como França, Bélgica, Holanda e outros países europeus, que colonizaram várias regiões da África e da Ásia (ver mapa página 17).

A profusão de interesses conflitantes, envolvendo agora não apenas o domínio de regiões ricas em matérias primas, mas especialmente de mercados consumidores, a emergência de estados unificados², que se atrasaram no processo de desenvolvimento capitalista, como Alemanha e Itália, irão preparar lentamente o cenário que conduzirá à **primeira guerra mundial**, nos princípios do século XX. Ainda que esse conflito tenha sido territorialmente

Revolução industrial é a expressão utilizada para caracterizar as aceleradas e profundas transformações no modelo de produção industrial desde o final do século XVIII.

A Primeira Revolução Industrial iniciou-se na Inglaterra, no final do século XVIII, caracterizada por duas importantes transformações: a descoberta do carvão como fonte de energia, gerando a máquina a vapor e a locomotiva. A utilização das máquinas, em grande escala, na produção a partir desse período dinamizou tremendamente a produção industrial, para os padrões da época, e marcou o início de um êxodo das áreas rurais para as cidades.

A Segunda Revolução Industrial diz respeito ao uso de novas tecnologias que dinamizaram a produção industrial. Alguns exemplos são: a energia elétrica, o uso do motor à explosão, o desenvolvimento de novos produtos químicos e a substituição do ferro pelo aço.

A chamada Terceira Revolução Industrial, vai muito além das anteriores, focadas apenas nas transformações industriais. Ela ocorre após a Segunda Guerra Mundial e diz respeito a diversas transformações tecnológicas que dinamizaram vários setores. Alguns exemplos dessas transformações seriam: a aproximação da tecnologia com diferentes ramos da ciência, avanço no desenvolvimento de softwares, o surgimento da robótica, avanço nas telecomunicações, com o uso de satélites e a expansão das tecnologias de telefonia móvel.

1 O termo potência imperial refere-se à nação que na época era a mais influente política e economicamente.

2 Refere-se à unificação dos territórios que viriam a conformar a Alemanha e a Itália e alteraram profundamente o quadro político da Europa no final do século XIX e início do século XX, rearticulando um equilíbrio de forças entre os Estados.

Primeira Guerra Mundial (1914-1918): A Primeira Guerra Mundial caracterizou-se pela luta de trincheiras e pelo emprego das novas tecnologias, fruto do desenvolvimento industrial, como os aviões, submarinos, tanques e metralhadoras. A Europa vinha de um histórico de diferentes disputas territoriais e políticas e, com a unificação da Alemanha e da Itália, houve um remanejamento de posições das potências europeias. O resultado foi a formação de dois blocos opostos: a Tríplice Aliança: Alemanha, Áustria-Hungria e Itália e a Tríplice Entente: Inglaterra (Grã-Bretanha), França e Rússia.

Antecedentes e o início da guerra: Em 28 de junho de 1914, o arquiduque Francisco Fernando de Habsburgo, herdeiro do trono austro-húngaro, visitava Sarajevo, capital da Bósnia, com sua esposa, quando ambos foram assassinados por um jovem bósnio cristão ortodoxo, partidário da união com a Sérvia. A Áustria-Hungria, alegando envolvimento do governo sérvio no crime, apresentou uma série de exigências que foram rejeitadas pela Sérvia. Em 28 de julho, a Áustria-Hungria declarou guerra à Sérvia. No dia seguinte, a Rússia pôs suas tropas em estado de prontidão, e a Alemanha fez o mesmo em 30 de julho. Na madrugada de 1º de agosto, a Alemanha declarou guerra à Rússia, seguida pelo governo austro-húngaro. Em uma semana, após este estopim, o que deveria ser mais um conflito restrito aos Balcãs transformou-se em uma guerra europeia que ganharia outras dimensões com a entrada, principalmente, dos Estados Unidos no conflito, em 1917. Durante os anos de conflito, os blocos originalmente em embate mudaram de denominação, passando a ser conhecidos como: Impérios Centrais: Alemanha, Áustria-Hungria, Turquia e Bulgária e Aliados: Sérvia, Rússia, França, Bélgica, Grã-Bretanha, Japão, Itália, Romênia, EUA, Brasil, e outros. Os aliados, pela entrada decisiva dos Estados Unidos, terminam como vencedores da Primeira Guerra e em 1919 determina-se um acordo de paz (Tratado de Versalhes). Muitas análises apontam que o fim da Primeira Guerra Mundial está ligado ao início da Segunda, pois as perdas territoriais alemãs iriam servir de justificativa para o expansionismo nazista.

europeu, do ponto de vista geopolítico compreendeu interesses que envolviam o globo, compreendido aqui como espaço de domínio econômico, social, cultural e político das nações centrais.

Colonialismo

Há interesse conceitual em distinguir colonização de colonialismo. Seguindo a lição de Norberto Bobbio (Bobbio, 2007: 181), “colonização é o processo de expansão e conquista de colônias, e a submissão, por meio da força ou da superioridade econômica, de territórios habitados por povos diferentes dos da potência colonial, [ao passo que] Colonialismo define mais propriamente a organização de sistemas de domínio”.

O colonialismo, portanto, refere-se mais propriamente à doutrina e à prática institucional e política da colonização.

Pensado na qualidade de sistema de domínio, que pode envolver situações fáticas distintas, como a condição colonial propriamente dita, o protetorado³, a sujeição e dependência econômica irrestrita, o colonialismo observou na época da expansão mais avançada do **imperialismo**, fim do século XIX, formas e conteúdos mais complexos que em qualquer época anterior.

Contribuiu de forma decisiva para o aumento de complexidade do colonialismo nos século XIX e princípios do XX os aumentos de escala das economias centrais⁴, todas elas vivendo um intenso e profundo processo de industrialização, que demandava de modo intensivo matérias primas e mercados. Encontravam-se, portanto, as nações centrais em uma intensa luta competitiva, sem que houvesse quaisquer instâncias de regulação de conflitos. Neste cenário, foram inúmeros os confrontos e, particularmente, as guerras de ocupação, que se não redundaram necessariamente à submissão colonial, abriram mercados que interessavam aos países centrais.

Importa observar, neste contexto, que as noções de soberania nacional e autodeterminação, reconhecidos de certo modo pelos **tratados de Westfália** (1648) para fins do continente europeu, e predados pela paz perpétua de Emanuel Kant,

Imperialismo é o termo utilizado para a ação estratégica e política de dominação territorial e/ou econômica de uma nação sobre outras. O conceito passou a ser mais difundido e utilizado no século XIX com a expansão econômica e política da Inglaterra. Muitas vezes o termo “imperialismo econômico” é utilizado nos dias de hoje para descrever as relações assimétricas entre países desenvolvidos e países subdesenvolvidos.

Os **Tratados de Westfália**, assinados em 1648, foram os acordos feitos entre os países europeus, após a Guerra dos Trinta Anos. Eles restabeleceram a paz na Europa e inauguraram uma nova fase na história política do continente. A chamada “Paz de Westfália”, oriunda da assinatura desses acordos, marcou o início da hegemonia da França na Europa e afirmou a supremacia do poder não religioso sobre o papado, fundamental para a consolidação do poder monárquico nos países europeus.

3 Território ou país que está subordinado a uma potência que decide sua política externa e, às vezes, controla internamente seu governo, seu judiciário e suas instituições financeiras.

4 Refere-se à Inglaterra, Alemanha e Itália.

Aristocracia, segundo a formulação original de Platão, refere-se ao governo de um Estado por seus cidadãos de mais virtude. O termo, no entanto, sempre foi utilizado genericamente para descrever a camada (ou camadas) da população que monopoliza o poder na sociedade. Atualmente o termo também é utilizado quando se quer fazer referência às camadas privilegiadas de um determinado grupo social.

Segunda Guerra Mundial (1939-1945): No final dos anos 30, o mundo estava tomado pelas doutrinas do fascismo, na Itália, do nazismo na Alemanha e do comunismo na União Soviética. A guerra refletiu a disputa econômica e política dos grandes países industrializados, mas também um confronto em torno do melhor modelo ideológico capaz de orientar, naquele momento histórico, o desenvolvimento da humanidade. Em campos diferentes se defrontavam três sistemas político-econômicos: as democracias liberais capitalistas, os nazi-fascistas e os comunistas. (CORTI: s/d.)

não se aplicavam de modo algum ao resto do mundo. A política internacional, portanto, submeteu-se quase que irrestritamente aos interesses de burguesias nacionais agressivamente competitivas, convertendo-se praticamente em sinônimo de ocupação territorial e espoliação econômica.

Este elemento é fundamental para que se alcance a lógica do colonialismo, pois ele implica não apenas a subordinação econômica irrestrita ao colonizador, mas igualmente uma organização social e econômica perversa, baseada na cooptação das **aristocracias** e grupos de interesses locais, que se conjuga com a brutal exploração da força de trabalho. Coaduna-se e continua, nesse sentido, a obra do escravismo colonial⁵, que forjou sociedades de riqueza altamente concentrada, autoritarismo político endêmico, desrespeito pelos direitos de diferentes ordens e gerações, condições que perpetuam a miséria, a pobreza, que ainda hoje assolam muitas das antigas colônias européias.

Se a primeira guerra mundial deve ser compreendida de modo imediato como um conflito no âmbito do imperialismo e do colonialismo que se lhe associa, a **Segunda Guerra Mundial** e a nova ordem internacional, que dela emerge, configura o fim dos sistemas coloniais formais, ou seja, aos quais a comunidade internacional atribui legitimidade.

5 Refere-se à submissão imposta pelo colonialismo.

Neocolonialismo: diferentes vertentes na literatura

A literatura não é unânime quanto à conceituação e periodização envolvendo o neocolonialismo. Há uma linha historiográfica que o situa de meados do século XIX até o fim a segunda guerra mundial. Esta mesma corrente chama atenção para o fato de que o colonialismo emerge em meio ao mercantilismo e no contexto dos estados absolutistas europeus, ao passo que o neocolonialismo estaria relacionado, no fundamental, à segunda revolução industrial, ocorrida em meados do século XIX. Observam, ainda, que ocorre neste mesmo período uma mudança estrutural na economia capitalista, em que se dá uma autonomização do **capital financeiro**, com relação ao **produtivo**, fato que propiciou uma enorme concentração de capitais e a consolidação de monopólios de enorme poder econômico.

A lição de Norberto Bobbio, contudo, é um tanto diferente, observando que o conceito de *neocolonialismo* emerge na literatura na década de 1950, fundamentalmente para dar conta da sobrevivência de estruturas de domínio, de natureza econômica social e política, a que se sujeitaram algumas das antigas possessões coloniais. Caracteriza-se não pelo domínio político irrestrito de uma metrópole, mas sim pela subordinação ao capitalismo, de países, regiões e continentes, que se limitam à venda de matérias primas em estado bruto. A par da industrialização incipiente ou inexistente, nesses países predominam classes dirigentes sem projeto político que envolva a emancipação nacional, uma vez que seu domínio se constrói exatamente a partir de uma inserção subalterna no mercado internacional.

Capital financeiro é do ponto de vista macroeconômico, todo o capital empregado nos mercados de títulos - Bolsas de Valores e Bolsas de Mercadorias - e todo aquele movimentado pelos bancos e instituições financeiras em geral.

Capital produtivo é todo aquele empregado e oriundo da produção.

Linha do tempo

Primeiro período do colonialismo: vai até meados do século XVII, fortemente determinado pela expansão do comércio no mundo, observando-se a hegemonia de Portugal e Espanha. Ainda neste período se observa a emergência de outras potências coloniais, como a Inglaterra, Holanda e França, sendo que as duas primeiras viriam a suplantiar os países ibéricos no controle de possessões de grande interesse econômico. Pode-se afirmar que o primeiro período do colonialismo era sinônimo de expansão das atividades comerciais.

Entre o final do século XVIII e primeira metade do século XIX ocorre grande parte dos processos de independência das colônias na América, concluindo-se o primeiro período colonial.

Segundo período: a partir da segunda metade do século XIX ocorre uma retomada das pretensões coloniais das nações européias, agora amplamente fundada no processo de industrialização acelerada que se processa no velho continente.

A correlação entre processo de industrialização europeu e tomada de possessões coloniais, particularmente na Ásia e África, consubstancia uma mudança de qualidade do próprio colonialismo, que passa a se pautar por uma lógica industrial, em lugar de se orientar pelos velhos princípios mercantilistas, que dirigiam a atuação do colonizador em termos de obter matérias primas de interesse dos mercados internacionais, transacionando-as com um lucro excepcional, que advinha justamente de uma relação de trocas desigual entre colônia e metrópole.

Trata-se, agora, de inserir as possessões na lógica de expansão industrial das metrópoles, que tanto buscavam matérias primas baratas, quanto mercados para seus produtos, além da exploração da mão de obra de suas possessões. O modo como se deu o domínio da Índia, pela Inglaterra, é exemplo emblemático dessa nova lógica do colonialismo.

Esse período do colonialismo se materializou, em parte por meio de ações militares e, complementarmente, por tratados, cabendo notar que em ambas as vertentes se visava dividir o continente africano entre as grandes potências europeias. Foi um período que, segundo muitos historiadores, durou até as primeiras décadas do século XX.

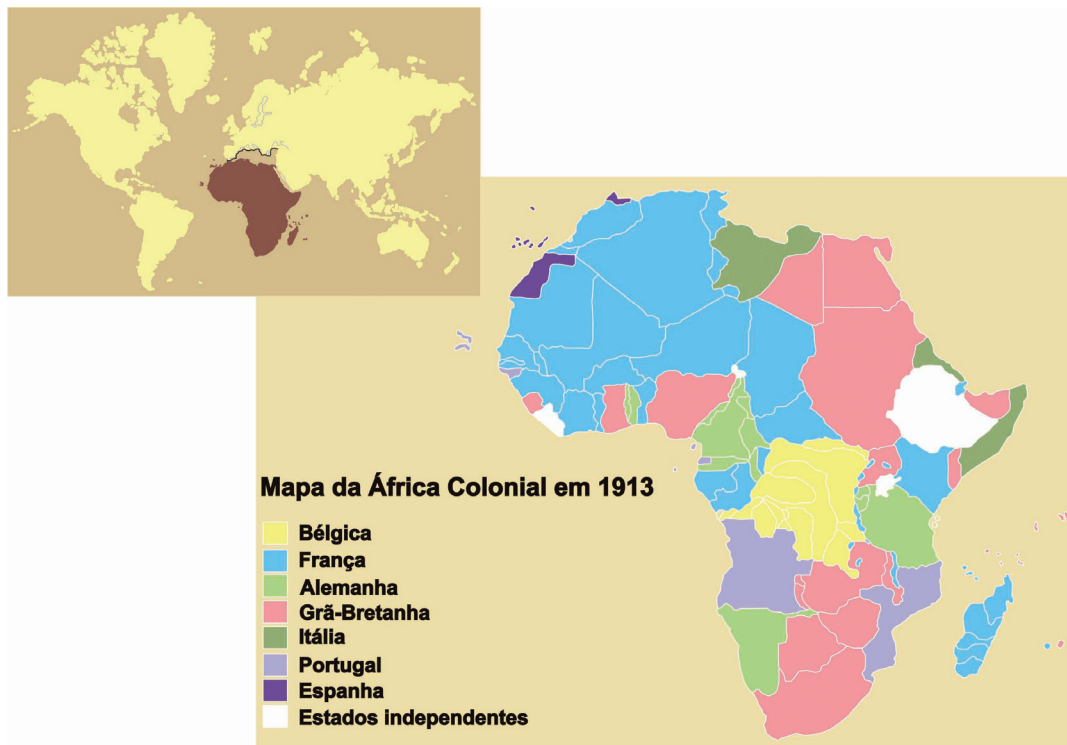
A chamada “corrida colonial africana” produziu muitas disputas entre os países colonialistas na época, produzindo um desequilíbrio e um período de conflitos entre as potências europeias que mais a frente dariam origem à Primeira Guerra Mundial.

Congresso de Berlim

O Colonialismo transforma-se num método de organização da produção baseado na exploração de uma força de trabalho privada de direitos políticos sociais no âmbito do Estado colonial, um método, ao mesmo tempo, de conquista de mercados monopólicos, tanto para os produtos industriais europeus como para o investimento de capitais (Bobbio, 2007: 182 e 183).

No âmbito desta segunda fase, o Congresso de Berlim, realizado entre 19 de Novembro de 1884 e 26 de fevereiro de 1885, por proposição de Portugal e organizado por Otto von Bismarck, à época primeiro-ministro alemão, foi um dos marcos mais importantes na corrida colonialista.

O grande objetivo do Congresso consistiu na partilha da África entre as principais potências imperialistas, tendo o acordo beneficiado inclusive países sem possessões no continente à época, caso da Alemanha. O mapa abaixo demonstra o modo como se dividiu o continente africano:



Parte significativa dos problemas que, ainda hoje, enfrentam vários países da África, decorre desta divisão territorial, que buscou atender exclusivamente os interesses econômicos dos impérios localizados no velho continente, fragilizando as nações ancestrais do continente, seja fragmentando-as em divisões políticas distintas, seja aglutinando etnias com histórico de beligerância.

A Primeira Guerra Mundial (1914-1918) traçaria uma nova subdivisão dessas colônias entre as potências da época. As colônias pertencentes às potências vencidas (Alemanha e Turquia), após a guerra passariam a ser governadas por controle internacional.

A sociedade sujeita ao estatuto próprio do neocolonialismo

Características gerais

Não obstante a diversidade de formas e de sistemas, o Colonialismo produziu resultados muito semelhantes em todos os países coloniais. Foi o Colonialismo que motivou a estrutura econômica de países produtores de matérias-primas, com uma força de trabalho que vive nos limites da subsistência. Foi o Estado Colonial, e depois, os modos e época da descolonização que prepararam as estruturas institucionais e políticas que caracterizam os novos estados independentes. O Colonialismo é que deu os moldes dos modelos culturais e, sobretudo, dos sistemas de instrução escolar de todos os níveis. E foi ele também que modelou os gostos e os modos de vida das classes médias emergentes. (Bobbio, 2007: 185).

Ainda que se possa reconhecer uma certa diversidade no modo pelo qual as nações centrais praticaram seu domínio sobre suas possessões, protetorados e áreas de influência econômica, o fato é que imprimiu sobre as sociedades sujeitas à colonização e à ressurgência neocolonial um conjunto de características que marcaram e marcam todo seu desenvolvimento. Vale lembrar, sob tal aspecto, os seguintes elementos:

- *Constrangimento à condição de produtores de matérias primas sem processamento, ou com processamento rudimentar, destinando-se o produto bruto ao mercado internacional, normalmente organizado sob a forma de **oligopsônios ou monopsônios**⁶;*

Oligopólio é o conceito empregado para descrever um tipo de estrutura de mercado onde poucas empresas detêm a maior parcela do mercado de um determinado produto ou serviço. Já **monopólio** é quando uma empresa domina a oferta de determinado produto ou serviço que não tem substituto.

- *Superexploração da força de trabalho, uma vez que sua remuneração é determinada pela baixíssima diferenciação das economias colonizadas e pelo pequeno valor agregado aos produtos comercializados;*

- *Embotamento dos mercados locais de consumo, uma vez que a renda se demonstra altamente concentrada nas mãos das classes que detêm o controle sobre as atividades exportadoras;*

- *Submissão cultural aos países centrais, tanto por força da cooptação das classes dirigentes, quanto pela pauperização da grande massa da população. Quanto a este aspecto, vale salientar que sempre houve movimentos de resistência à cultura alienígena, mas tais manifestações foram sistematicamente marginalizadas, quando e onde não ocorreu sua pura e simples criminalização⁷;*

6 Trata-se, sob o ponto de vista da compra / demanda, de um mercado controlado por poucos ou apenas um comprador.

7 O termo criminalização é utilizado aqui para descrever situações a partir das quais se tentava afirmar que determinadas manifestações e movimentos eram ilegais.

- *Limitações imensas à formação de capitais, que suficientes às atividades exportadoras e a uma inserção subalterna no mercado internacional, eram absolutamente incompatíveis com as exigências da industrialização, particularmente se for considerado o atraso relativo dos países colonizados, relativamente aos centrais.*

A dinâmica econômica e o embotamento do mercado interno⁸

Herança do Colonialismo são, pois, economias “extrovertidas”, ou seja, segundo o economista Samir Amin, voltadas para a exportação e não para a criação de um mercado interno. O processo de industrialização segue o mesmo caminho: inicia-se só no segundo pós-guerra e, na maior parte dos casos, graças à ação das multinacionais que criaram subsidiárias nos países subdesenvolvidos, destinados à produção de mercadorias em série que, mais que atender às exigências de um mercado interno, satisfazem principalmente ao mercado de exportação.

Para que se possa compreender o modo pelo qual se transita da história do colonialismo e neocolonialismo, para a condição contemporânea das sociedades submetidas a seu jugo, é essencial compreender a dinâmica econômica que lhes foi imposta e as características que a ela se associam.

De maneira simplificada é possível imaginar que as economias coloniais têm essencialmente dois departamentos econômicos. O primeiro, formado por culturas e atividades destinadas à exportação, responde pela parte mais significativa da renda e do produto gerados.

8 Mercado interno aos países, que acontece dentro dos países.

O segundo está voltado à atenção das necessidades básicas não supridas pelas importações e, essencialmente, gêneros destinados à sobrevivência imediata das populações. Muito embora haja produção no departamento dois, os gêneros produzidos apenas marginalmente adentram o sistema de trocas monetárias. A produção se realiza, portanto, em escala local, com baixa intermediação monetária, se resolvendo não raro pela troca direta de produtos e serviços.

A economia cafeeira nos dá uma boa pista desta condição. O mesmo colono que trabalhava para o cafeicultor em esquema de parceria, e recebia uma remuneração em dinheiro, era autorizado a praticar culturas de subsistência, que, de um modo geral, se realizavam no consumo da própria família. Havia, portanto, uma parcela da remuneração total do colono que não adentrava os fluxos monetários. Fazem parte de nossa tradição rural, ainda os mutirões, em que se faz benfeitorias na propriedade, se realiza colheita que precisam ser antecipadas, etc. Ora, trata-se aqui de serviços ou trabalho que não encontram expressão monetária e que, portanto, não podem gerar demanda ou oferta de bens e serviços em escala diferente da estritamente local.

Percebe-se, mesmo neste esquema muito simples, que no departamento dois existe baixíssimo dinamismo econômico, emprego de técnicas as mais rudimentares possíveis, com baixíssimo uso de capitais e aproveitamento extensivo da força de trabalho.

No departamento um, por outro lado, observa-se um fluxo monetário significativo, dado que a produção se resolve diretamente no mercado

internacional. Como, no entanto, a produção não envolve etapas outras que não a produção da matéria bruta, observa-se pequena diferenciação na cadeia produtiva, demandando-se, em consequência mão de obra de baixa qualificação, que percebe remuneração que se mantém nos níveis estritos de sobrevivência.

De um ponto de vista dinâmico, portanto, o departamento um gera um mercado consumidor interno extremamente limitado, seja porque assalariados e segmentos subalternos associados à produção para exportação são extremamente mal remunerados, seja porque as classes dominantes importam aquilo que compõe seu consumo específico.

Mesmo sob o ponto de vista industrial, os países ex-coloniais continuam a produzir o que não consomem e a consumir o que não produzem. (BOBBIO, 2007: 185 e 186).

Mantidos ainda no nível da produção de primários, os países submetidos à condição colonial apresentam um grave problema fundiário, ou de modo mais geral, de concentração dos meios de produção. No campo, o latifúndio monocultor se faz acompanhar do minifúndio, inexistindo propriedades de dimensões que permitam participar ativamente de mercados que não envolvam a subsistência imediata dos produtores.

O embotamento geral da economia interna não permite, a sua vez, o desenvolvimento de uma indústria de bens de capital, que prescinde níveis significativos de industrialização de bens de consumo. Resulta deste cenário, portanto, uma dependência irrestrita, mesmo para a pura e simples exploração de atividades que se restrinjam à produção ou extração de bens in natura. De outra

parte, investimentos em modais, como ferrovias e portos, são feitos diretamente pelas nações centrais, fato que amplia a escala da dependência, ampliando ainda mais a inserção subalterna dos países sujeitos à condição colonial no mercado internacional.

A reversão da condição que se expos esquematicamente acima, marca a luta da grande maioria dos países submetidos ao estatuto colonial e, mais particularmente, àqueles que foram assolados pelo neocolonialismo, que pautou as práticas das economias centrais ao menos até o advento da segunda guerra mundial. Demonstraremos a seguir como se desenvolveram as lutas de resistência, com foco particular no caso brasileiro.

A superação da condição colonial: o Brasil da era Vargas

No século XIX, após a Independência, o povo estaria à margem. Libertos, ex-escravos e homens livres pobres, a maioria deles mestiços, viviam à míngua, à sombra de favores, em busca de pequenos trocados. Preservaram-se, contudo, as raízes não-européias de nossa cultura, criadora de uma ocidentalidade própria.

Após a Revolução de 30, os intelectuais “subiriam o morro” para reencontrar o povo. Muitos iriam glorificá-lo, mal escondendo outras formas de preconceito e de dominação. Mas o Brasil passaria a ser pensado com seus próprios olhos, a partir de seus próprios problemas, utilizando os esquemas teóricos fornecidos pelas ciências sociais. Alguns veriam uma essência ou caráter nacional, enquanto outros veriam um país que faz parte da civilização ocidental e que sempre esteve vinculado ao sistema capitalista internacional, mas que dotado de caminho próprio, seria capaz de fazer as suas próprias escolhas. (BARBOSA, 2007: 3)

Para fins da construção deste documento de referência, não convém retroagir na história brasileira a período anterior à proclamação da república. Esta opção se explica tanto pelo fato de se pretender compreender a contemporaneidade nacional e as opções políticas que implica, quanto por ter se mantido, no essencial, uma submissão irrestrita até o advento da era Vargas ao modelo agrário exportador. É evidente que não se pode esquecer que o fim do escravismo colonial é uma mudança de imensas proporções, mas ela se processa praticamente com o advento da república, se não lhe é causa imediata.

A superação do modelo agrário-exportador

Até o advento do período Vargas a economia brasileira manteve-se dentro dos quadros da economia agrário-exportadora, com uma única mudança estrutural significativa, que se refere à superação do escravismo colonial.

Esta mudança de padrão, ainda que não tenha trazido consequências imediatas para a qualidade de vida dos antigos escravos, implicou modificações lentas, mas de enorme impacto, na organização social até então existente. Em primeiro lugar há que se fazer menção ao fenômeno da imigração européia, que aumenta em grau considerável a complexidade social e cultural do país.

Há que se considerar, ainda, que a cafeicultura, diferentemente das demais **plantations** praticadas no Brasil, implicava dimensões urbanas de maior envergadura, fato que conduz a uma diferenciação econômica significativa para a época. Bancos e sociedades comerciais vinculadas à exportação, intermediários de diferentes espécies, estradas de ferro, centro de recepção a imigrantes. Tudo isso faz parte deste novo cenário.

Plantation é um tipo de cultura agrícola criada pelos portugueses no final do século XV, que se caracterizava por uma grande exploração agrícola monocultora (cultivo e beneficiamento), cuja produção se destinava basicamente à exportação de gêneros tropicais (algodão, fumo, café, açúcar etc.). Foi um modelo adotado pelas colônias no continente americano.

Por outro lado, a cafeicultura se insere em um capitalismo magnificado, em que se registra a autonomização⁹ do capital financeiro, com relação ao produtivo, a emergência dos mercados bursáteis¹⁰ de grande importância e, no contexto de uma pujança inaudita, surtos especulativos de grande amplitude.

9 Refere-se à independência, ao ganho de autonomia.

10 Refere-se às bolsas de valores em particular.

Desde o fim do século XIX os cafeicultores e o Estado que lhes oferecia suporte irrestrito haviam aprendido a lidar com as oscilações de preços no mercado internacional, valendo-se fundamentalmente do controle de estoques. Foi razoavelmente comum, por exemplo, a esterilização da superprodução cafeeira, com recursos públicos.

O fenômeno da **grande crise de 1929**, que teve por epicentro o crash da bolsa de Nova York, demonstrou ser algo infinitamente mais profundo e de escalas até então

A **grande crise de 1929** foi uma grande crise econômica mundial que se iniciou nos Estados Unidos. A crise de 1929 teve início no sistema financeiro, e se iniciou com o chamado crash – quebra – da Bolsa de Nova York.

A desconfiança com os acontecimentos da Bolsa espalhou-se para outros ramos da atividade econômica, atingindo a produção e atingiu outras economias, não só a norte-americana. O comércio mundial chegou a se reduzir a um terço do que era antes de 1929.

desconhecidas. Tratava-se da maior crise de superprodução capitalista¹¹ até então e dela decorreu, como no estouro das bolhas a que nos acostumamos modernamente, uma depreciação generalizada de ativos e milhares de falências. A lógica da crise obedeceu de maneira praticamente perfeita às teorizações de Marx sobre as crises de superprodução, magistralmente explicadas na seção de O capital, que trata da tendência declinante da taxa de lucros.

Crise de 1929: Capitais foram destruídos em escala planetária, porque haviam sido produzidos de modo excedente, à possibilidade de encontrarem uma remuneração adequada, ou considerada suficiente, pelos proprietários dos meios de produção. A produtividade social do trabalho, amplificada de modo colossal colidia, portanto, com os limites privados da forma capital.

11 Refere-se ao fenômeno de excesso de produção em relação à demanda, quando se produz uma quantidade maior, de um determinado bem, do que o mercado consumidor é capaz de absorver. O termo é normalmente utilizado a situações setoriais de superprodução, como na agricultura ou em algum ramo industrial.

No Brasil, diante da dimensão do fenômeno, demonstraram-se absolutamente insuficientes as medidas anticíclicas adotadas até então. O café não encontrava mercado que permitisse sustentar os preços em qualquer patamar razoável, de tal forma que o abalo repercutiu por toda a cadeia econômica envolvida. Fazendeiros, bancos, casas de exportação foram levados de roldão e a fragilidade do modelo agrário-exportador ficou absolutamente evidenciada.

A modernização da era Vargas

O fenômeno Vargas não pode, em hipótese alguma, ser tratado sob uma lógica exclusivamente econômica. Há inúmeras dimensões que precisam ser consideradas. De um ponto de vista político, refere-se imediatamente à superação do esquema oligárquico reinante, que centralizava o poder no eixo São Paulo / Minas, que se consubstanciou na conhecida política café com leite.

Se considerado sob o prisma sociológico, o primeiro governo Vargas corresponde ao aumento da diferenciação econômica e social do Brasil, em que se observa um aumento de importância da economia urbana, com as tensões que se lhe associam: formação de um contingente proletário, reivindicações trabalhistas, emergência de atividades propriamente industriais. A era Vargas não apenas compreendeu perfeitamente este momento de viragem, como se antecipou a ele, propondo ao país um projeto de superação da condição agrário-exportadora.

Quanto ao autoritarismo reinante em parte significativa do período Vargas, é fundamental observar, sem que isso sirva de escusa, que se apresentaram no período do Estado Novo problemas de enorme envergadura, decorrentes da grande crise de 1929, os quais estavam no cerne de fenômenos como a eclosão da Segunda Guerra Mundial e do chauvinismo que acometeu toda a Europa, até o fim do conflito. É neste cenário complexo, portanto, que se desenrola a maior parte de seu período varguista, fato que condicionou, para o bem e para o mal, muitas de suas atitudes políticas. Por sua importância decisiva para fins do desenvolvimento econômico e social brasileiro, o período Vargas será abordado de modo mais amplo na Aula 3 deste curso.



Aumento da complexidade econômica: o modelo de substituição de importações

A era Vargas teve um antecedente, quando se fala de industrialização. A rigor, com o evento da primeira guerra mundial (1914-18), houve problemas significativos de suprimentos no Brasil, por conta do bloqueio marítimo a que se dedicou a Alemanha, em suas estratégias de guerra.

A interrupção de fornecimento de bens até então importados criou oportunidades novas, em uma economia que começava a se urbanizar. Data deste período a emergência de uma série de empreendimentos industriais, particularmente no setor de bens de consumo não duráveis.

Os governos Vargas, a sua vez, ampliaram esta tendência ao crescimento industrial por meio da substituição de importações, acrescentando a esta estratégia o desenvolvimento, induzido e coordenado pelo Estado, de uma industrialização pesada.

Fundamental observar que a Segunda Guerra Mundial (1939-45) ofereceu ao Brasil e, conseqüentemente, ao governo Vargas, a possibilidade de adentrar um novo ciclo substitutivo de importações, que chegou a contar com financiamento americano, uma vez que se o concebia como parte do esforço de guerra do campo aliado. Datam desse período:

- *A criação do Conselho Nacional do Petróleo (1938);*
- *Fundação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) em Volta Redonda – RJ (1941);*
- *Instalação da Fábrica Nacional de Motores, no Rio de Janeiro, em 1943;*
- *Inauguração da Companhia do Vale do Rio Doce;*
- *Instalação do Serviço Nacional da Indústria (SENAI), em 1942, e o Serviço Social da Indústria (SESI), em 1943.*

A diferenciação econômico-social e a emergência de conflitos

O desenvolvimento capitalista a que deu causa o período Vargas se fez acompanhar do aumento dos conflitos sociais, não apenas em função da emergência de um operariado urbano importante, mas também porque havia limites estruturais que se vinculavam ao modelo substitutivo de importações.

De outra parte, o protagonismo político dos governos Vargas não eliminou a resistência política que se lhe fazia, a qual, ao contrário, se fortaleceu tanto na reivindicação democrática, quanto na concepção de um projeto desenvolvimentista mais ambicioso e mais completo, do que aquele que fora implantado até então.

O desenvolvimento econômico havido até então colocava na ordem do dia a necessidade de se aprofundar a industrialização e, em o fazendo, superar os limites que lhe eram impostos. Começam a emergir, então, como bandeiras – muito embora a teorização fosse significativamente anterior – as reformas estruturais.

As reformas estavam baseadas em diagnósticos que se consolidaram na esquerda brasileira e que apresentavam ao menos três dimensões:

- *Necessidade de ampliação do mercado interno: neste quesito adentrava especialmente a questão fundiária, pois a prevalência do binômio latifúndio-minifúndio era considerada elemento essencial para o embotamento do mercado interno, concentração de renda e reprodução da pobreza no campo;*
- *Reforma urbana, de modo a atender às necessidades de um operariado crescente, que se via sujeito a condições de habitação e mobilidade extremamente precárias;*
- *Restrições à atuação de empresas multinacionais, que compreendiam não apenas a proteção da indústria nacional, como também limitações financeiras, como a que se relaciona à remessa de lucros e royalties.*

Royalty é o termo utilizado para se referir ao valor pago ao detentor de um processo de produção, produto, marca, patente ou obra original pelos direitos de sua exploração comercial.

As tensões que se acumularam neste período, e que a esquerda brasileira tentou mediar politicamente se resolveram, ainda que não por questões exclusivamente econômicas, no golpe militar que viria a restabelecer o autoritarismo no país. Do ponto de vista do processo que se vem descrevendo, observa-se nesse período uma retomada da modernização conservadora que Vargas havia protagonizado, ou seja, de um crescimento econômico que mantenha sob o devido controle as reivindicações populares.

Os militares e o processo de industrialização

A ditadura militar executa no Brasil o que se poderia compreender como uma espécie de opção prussiana de desenvolvimento, ou seja, feita por cima, resultado de políticas de Estado articuladas a partir de um projeto concebido ao longo de um período relativamente longo e com forte inclinação tecnicista.

Se de um lado os militares se prestaram a conter os avanços da esquerda, não corresponderam perfeitamente às expectativas das classes dominantes brasileiras da época, uma vez que o nacionalismo os perfilava ao lado daqueles que almejavam um pujante desenvolvimento capitalista no Brasil, para o que conceberam um verdadeiro projeto estratégico.

Pode-se compreender os Planos Nacionais de Desenvolvimento dentro desta perspectiva, uma vez que continham metas razoavelmente bem definidas, em termos de investimentos estruturantes, em setores considerados estratégicos para o país.

I Plano Nacional de Desenvolvimento - Lei nº 5.727 (Governo Emílio Garrastazu Médici, 1969 / 1974). Envolvia investimentos no campo siderúrgico, petroquímico, de transporte e de energia elétrica, contemplando ainda o Programa de Integração Nacional.

II Plano Nacional de Desenvolvimento - II PND (Governo Ernesto Geisel - 1974 / 1979). Tinha por foco particular a expansão da indústria pesada, visando consolidar a infraestrutura econômica. Data deste período a exploração do minério de ferro da Serra dos Carajás; extração de bauxita através da ALBRAS e da ALUNORTE, e construção de usinas hidrelétricas e iniciação do país na era da energia nuclear, por meio de acordos feitos com a Alemanha Ocidental, para a instalação de oito reatores nucleares no Brasil;

III Plano Nacional de Desenvolvimento - III PND (Governo João Baptista Figueiredo - 1979 / 1985). Tinha como metas prioritárias o crescimento de renda e do emprego; equilíbrio do balanço de pagamentos; controle da dívida externa; combate à inflação; e desenvolvimento de novas fontes de energia. Do quanto propunha no planejamento, a única meta que foi relativamente bem executada foi a mudança da matriz energética, que passou a ter por componente significativo a hidroeletricidade.

As limitações do projeto desenvolvimentista dos militares

O projeto de desenvolvimento econômico capitaneado pelos militares padecia de uma série de limitações, sendo a principal delas a dependência de capitais externos para financiar os investimentos. Além disso, a dependência da exportação de produtos primários, para fins de geração de divisas, e uma matriz energética altamente dependente de combustíveis fósseis aumentavam as fragilidades do modelo implantado, particularmente a partir do advento do II PND.

Nos meados da década de 1970, após um período de crescimento acelerado nos anos imediatamente anteriores, as fragilidades indicadas começaram a se evidenciar. A **crise do petróleo** de 1974 acelerou, nos países centrais, particularmente Estados Unidos, um processo inflacionário que já estava em curso, e que decorria, no fundamental, do esgotamento do grande ciclo de crescimento e desenvolvimento iniciado no pós-guerra (os anos de ouro do capitalismo, segundo Eric Hobsbawm).

A crise do petróleo ocorreu quando após vários aumentos nos preços do petróleo decretados a partir de 1973 pelos Estados integrantes da Opep – Organização dos Países Exportadores de Petróleo. Uma situação como esta tem influência na economia mundial, gerando um processo inflacionário, principalmente nos países grandes consumidores de petróleo.

Para combater este processo, que se associara a uma recessão importante, em função do desarranjo dos preços relativos, provocados pela alta do petróleo, o governo americano passou a praticar política monetária e fiscal bastante restritiva, fato que levou ao repatriamento de capitais americanos investidos no mundo todo. Além disso, como aumentaram significativamente os juros praticados sobre a dívida americana, considerados por convenção os mais seguros do mundo, capitais de todos os países afluíram para os Estados Unidos. Este quadro levou a

restrições de financiamento externo de um modo geral, tendo sido a tal limitação significativamente mais importante para os países em desenvolvimento. Ocorreu, então, o que a literatura viria a denominar **crise da dívida externa**, que envolveu os países em desenvolvimento até meados da década de 1990.

A crise da dívida externa foi uma situação pela qual passaram muito países em desenvolvimento, entre as décadas de 80 e meados da década de 90, quando com o aumento do preço do petróleo e a alta de juros nos EUA, fizeram com que a dívida externa desses países aumentasse brutalmente. O México decreta moratória – interrupção do pagamento da dívida – em 1982, gerando um impacto muito grande nos demais países quando ao acesso ao financiamento externo.

Juros e amortizações é o pagamento que o Estado brasileiro faz para os credores dos títulos das dívidas interna e externa.

Hiperinflação é a uma situação de grande inflação onde os preços aumentam muito rapidamente, reduzindo quase que a cada minuto o poder de compra das pessoas.

Os desdobramentos do cenário externo no Brasil foram dramáticos. Em primeiro lugar, a dívida externa cresceu em montantes insuportáveis, do ponto de vista da geração de divisas para servir **juros e amortizações**. Houve, ainda, com o aumento dos preços do petróleo uma internalização da inflação, que mudou de patamar, devido ao “choque de preços”. Como havia no país, desde a década de 1960, mecanismos de correção automática de preços – as famosas indexações –, o choque inflacionário de origem acabou por conduzir a um cenário de auto alimentação inflacionária, que viria a desembocar na **hiperinflação** que o país viveu até praticamente o advento do Plano Real.

Do ponto de vista social a situação não foi menos dramática. Houve, em primeiro lugar, um processo de empobrecimento generalizado da população, decorrentes de diferentes formas de arrocho salarial e desemprego. O fenômeno inflacionário, por outro lado, onerava de modo muito mais importante aqueles que não podiam proteger sua renda com mecanismos de correção automáticos – essencialmente assalariados –, convertendo-se, a rigor, em um imposto regressivo em termos de renda.

A ditadura se encerra em 1985, portanto, sem conseguir implantar um projeto desenvolvimentista exitoso, imersa em um cenário de hiperinflação, crise das dívidas **interna e externa**, legando ao País perspectivas de imensas dificuldades.

Dívida interna é o total dos débitos assumidos por um governo com as pessoas físicas e jurídicas dentro do país. Ou seja, é o total da dívida de um país com credores internos. (Sandroni, 1999: 180).

Dívida externa é a somatória dos débitos de um país, garantidos por seu governo, resultante de empréstimos e financiamentos contraídos com órgãos residentes no exterior. Este órgão podem ser outros governos, empresas privadas, entidades financeiras internacionais, como FMI e Banco Mundial, bancos, e outros. Ou seja, é o total da dívida de um país com credores externos. (Sandroni, 1999: 180)

Os Fernandos e a superação do cenário crítico oriundo da ditadura

O governo que se seguiu à ditadura militar pouco pode fazer no sentido de superar a situação crítica que recebera. Em que pese o ânimo democrático do período, as imensas conquistas políticas que o processo constituinte implicou, o fato é que a década de 1980 e seguramente parte da de 1990, podem ser consideradas perdidas do ponto de vista do desenvolvimento socioeconômico do Brasil. Ainda assim, é preciso distinguir o mandato de José Sarney pela condução da transição democrática, que se deu em cenário econômico conturbado, que punha o País em horizonte de crise permanente.

Apenas no governo dos **Fernandos** começa de fato a haver possibilidades concretas de superação da estagnação econômica que reinava no Brasil. É preciso considerar, contudo, que esta possibilidade foi materializada com custos expressivos, dentre os quais, os mais significativos foram um processo atabalhado de abertura da economia brasileira e, complementarmente, um profundo processo de desestatização de ativos, que entregou à iniciativa privada e ao capital internacional segmentos estratégicos da economia nacional.

Refere-se ao governo **Fernando Collor de Mello (1990-1992)** e os dois mandatos do governo **Fernando Henrique Cardoso (1995-2003)**.

A rigor o país se submeteu no período, de modo praticamente incondicional, ao **Consenso de Washington**, capitulando diante das recomendações que, no essencial, se referiam à implantação do Estado mínimo, desfazimento das conquistas sociais tímidas dos trabalhadores, limitações de direitos previdenciários e uma inserção subalterna na economia internacional, na prática abdicando-se de ações estratégicas, como o aparelhamento do país no que se refere a pesquisa e desenvolvimento.

Este programa foi praticado de modo irrestrito no governo dos Fernandos, sendo necessário, contudo, qualificar o interregno representado pelo mandato de Itamar Franco. Destaque-se, em primeiro lugar, o combate ao surto hiperinflacionário que assolou o Brasil ao longo de praticamente uma década e meia. É de Itamar Franco a autoria do Plano Real, foi ele quem assinou o Decreto que permitiu sua implantação. Note-se, ainda, que a compreensão das necessidades estratégicas do País diferenciou Itamar dos Fernandos, tanto assim que em seu governo foram “quebradas” patentes de medicamentos e se iniciou o programa de genéricos.

Quanta à questão do combate ao surto inflacionário, que acabou por guindar Fernando Henrique Cardoso à Presidência da República - na onda do Plano Real -, não cabe ao escopo deste documento, discutir a autoria desta façanha, ou avaliar o quanto, de fato, o fim da hiperinflação decorreu das políticas econômicas implantadas no período.

Consenso de Washington é a expressão utilizada para descrever as recomendações oriundas dos órgãos financeiros internacionais – FMI e Banco Mundial – na década de 90. Eram basicamente recomendações dos países desenvolvidos para que os países em desenvolvimento, que passavam por graves crises econômicas naquele período, adotassem políticas de abertura de seus mercados e uma lógica de “Estado Mínimo”, onde principalmente o Estado deveria privatizar grande parte de suas atividades produtivas, dentre outras medidas para diminuir suas despesas.

É preciso reconhecer, contudo, que a organização monetária, o fim de um processo inflacionário retroalimentado e, portanto, dotado de autopropulsão, contribui de modo decisivo para o a melhoria do planejamento privado e público, reduzindo os riscos de investimentos de longo prazo.

O Brasil começou, portanto, a superar quase duas décadas de crescimento medíocre, sempre permeado de eventos de desaceleração e estagnação econômica. Há que se considerar, contudo, que a vulnerabilidade externa não havia em hipótese alguma sido superada, estando o país sujeito aos afluxos e refluxos de capitais especulativos de curto prazo, sempre que uma crise se avizinhava nos mercados internacionais.

Não por acaso, o governo Fernando Henrique Cardoso, tendo tipo êxito em controlar a inflação, se encerra sob a égide de uma grande crise cambial, que repercutia a evasão de capitais especulativos, regamente remunerados, mas extremamente voláteis.

O endividamento internacional, por sua vez, aumenta, tendo em vista a necessidade da manutenção das conversões dólar-real, do financiamento dos investimentos, mas, sobretudo, do financiamento das importações.

O governo eleva rapidamente a remuneração aos capitais multinacionais com atuação mundial, na sua maioria especulativos, elevando brutalmente a taxa de juros - a maior do planeta - o que acarreta o aumento sem precedentes das dívidas externa e interna.

Qualificando a opção neoliberal e suas consequências

Apesar da crise do neoliberalismo, a lógica da recolonização permanece inalterada. O México, em dezembro de 1994; o Sudeste Asiático, em 1997; a Rússia, em 1998; ou o Brasil, em 1999; não foram suficientes. A ofensiva dos fundos parece ignorar a crescente instabilidade internacional. Aumentam o arroxo e intensificam a rapina, como o caso do novo acordo do Brasil com o FMI parece ilustrar. Mesmo propostas conservadoras como a “taxa Tobin” não ganham terreno no debate econômico dos Fundos.

Neoliberalismo é a doutrina político-econômica que busca adaptar e aplicar os princípios do liberalismo econômico nas condições atuais do capitalismo. O neoliberalismo prega que a vida econômica é regida por uma ordem natural formada a partir das livres decisões individuais, cujo mecanismo central são os preços. Diferentemente dos liberais, os neoliberais no entanto acreditam num disciplinamento maior da economia e não numa regulação espontânea do sistema, como acreditavam os liberais.

A **Taxa Tobin** é a proposta de um imposto para taxar as transações financeiras internacionais, de caráter especulativo, proposto pelo economista da Universidade de Yale (EUA), James Tobin. Trata-se de uma tentativa para que se pudesse limitar a especulação financeira internacional. Este “imposto” – taxação – nunca foi aplicado.

Pensar o governo dos *Fernandos* corresponde a realizar a reflexão sobre as consequências das políticas neoliberais, que foram praticadas no Brasil entre 1990 e 2002. Equivale a reconhecer, igualmente, que à parte do retumbante insucesso de sua política de combate à inflação, o governo Fernando Collor de Melo lançou plataformas de políticas macroeconômicas que não foram modificadas por seus sucessores imediatos, seja Itamar Franco, seja Fernando Henrique Cardoso.

A rigor, ao longo desse período, vigorou no País uma crença básica, qual seja, a de que a concentração de renda e de riqueza tivesse o condão de elevar investimentos privados, aos quais caberia render o Estado na tarefa de capitanear o

desenvolvimento econômico, uma vez que ele, agora, deveria ser minimizado, até o ponto de atuar apenas e tão somente para garantir o adequado funcionamento dos mercados e a atratividade do Brasil em termos internacionais.

A estratégia, a rigor, não funcionou e o Brasil não logrou atingir um crescimento compatível com as necessidades, por exemplo, de gerar emprego para gerações de brasileiros e brasileiras que haviam desperdiçado parte de suas vidas, pulando de bico em bico, sujeitos às agruras da informalidade, ou, pessimamente remunerados, por anos de arroxio salarial e desemprego endêmico. As políticas utilizadas, contudo, foram pródigas em impor ao Brasil uma inserção subalterna nos mercados internacionais, sujeitando o país ao receituário do consenso de Washington, o que implicava a obediência às cartilhas das instituições multilaterais, como FMI, Banco Mundial, OMC, etc., todas ativamente comprometidas com os interesses americanos e, mais particularmente, do sistema financeiro internacional.

A **financeirização do capitalismo** tem uma enorme importância na configuração deste quadro, pois a desregulamentação conduzida internamente pelos governos Margareth Thatcher¹² e Ronald Reagan¹³, ainda nos princípios dos anos 1980, foi imposta ao mundo como um todo, na qualidade de medida destinada a aumentar a eficiência das economias nacionais e a fluência do capital pelo mundo.

A **financeirização do capitalismo** o predomínio e subordinação pelo capital e todas as formas especulativas que este assume, sobre as atividades produtivas.

12 Primeira Ministra do Reino Unido entre 1979-1990, precursora na adoção de política neoliberal.

13 Presidente dos Estados Unidos da América entre 1981-1989.

Os efeitos da **desregulação financeira**, contudo, foram deletérios. Os países em desenvolvimento¹⁴, demandantes líquidos de capital, se viram sob o domínio de fluxos financeiros que se movimentavam em escala planetária, em busca de lucros fáceis e de curto prazo, sem que houvesse medida que pudessem impedir seu repatriamento quase instantâneo. O resultado desta lógica foram crises sucessivas e recorrentes, que sempre tinham uma componente cambial, uma vez que a debandada do capital especulativo de curto prazo invariavelmente depreciava as moedas que não conversíveis. As fugas de capitais e a desvalorização cambial, à sua vez, eram correspondidas por aumentos cavalares de juros domésticos, na tentativa, normalmente inútil, de contrabalançar a saída de capitais.

Essa catequese, que demonstrava o processo de **globalização** como algo irresistível, que militava em prol da ideia de que tudo o que o Estado poderia fazer para evitar incorrer em crises sucessivas, com consequências desastrosas sobre nível doméstico de atividade, câmbio, emprego, juros, etc., era tornar o país atraente e seguro para os capitais apátridas concentrado no mercado financeiro e das bolsas, praticamente eliminou, no âmbito das forças hegemônicas, à época, o projeto nacional desenvolvimentista, que se inaugurara com a era Vargas.

A **desregulação financeira** e o livre-comércio subordinam governos nacionais aos interesses capitalistas privados. Quando estes são contrariados pela ação de políticas públicas (especialmente as que defendem os interesses nacionais e particularmente o dos trabalhadores), os capitais fogem para exterior, provocando pane nos mercados financeiros e em seguida na economia real.

Globalização é o terno utilizado, principalmente, para o processo de interdependência entre as economias (mercados), antes delimitadas apenas pelas suas fronteiras nacionais. O termo globalização também é utilizado para a interdependência social, política e cultural. A interpenetração entre as diferentes culturas, a rapidez e facilidade de comunicação entre os cidadãos ao redor do mundo inteiro, a rápida influência que um fenômeno político e social que acontece numa parte do mundo tem em outra região, ou seja, o que muitos chamam genericamente de “o fim das fronteiras nacionais”.

14 Refere-se aos países que ainda possuem altos índices de pobreza e desigualdade social. Também são chamados de “subdesenvolvidos”, ou “países do Terceiro Mundo”.

Defendia-se, então, um caminho intermediário, entre o modelo agrário-exportador propriamente dito e um projeto de desenvolvimento autônomo e emancipador: uma inserção industrial, mas supletiva no mercado internacional, aproveitando-se as “vantagens competitivas¹⁵” existentes no País, como imensas reservas minerais, um território de proporções continentais, e assim por diante. Franqueava-se, ainda, o mercado brasileiro às companhias multinacionais, havendo em todo este período uma significativa internacionalização da propriedade de companhias instaladas no Brasil, fato que levou a pressões significativas sobre o balanço de pagamentos, dado as transferências de lucros decorrentes do processo de desnacionalização.

As consequências das opções neoliberais se demonstraram significativamente distintas, segundo a classe de renda considerada. Para os afluentes os benefícios foram inumeráveis, pois aumento em escala sem precedente o acesso a bens importados, a viagens internacionais, a alternativas de investimentos, ou seja, tudo aquilo que o neoliberalismo e os defensores da globalização defendiam como sendo seus benefícios “universais”.

Para as classes populares, contudo, restou a parte amarga do processo, uma fatura que se pagava com desemprego, pauperização, arrocho da renda, falta de acesso à formação que as habilitaria a ser parte no processo de modernização da economia brasileira.

15 Utiliza-se também o termo “diferencial competitivo” para designar um conjunto de características que faz com que uma empresa, um mercado, ou país tenham uma vantagem para competir comercialmente em relação ao outro.

Durante os anos noventa, os níveis de desemprego triplicaram, passando de 3% para 10%, quando analisamos o indicador para o conjunto do país. Pela primeira na história do país, parcela importante da população economicamente ativa encontra-se à procura de emprego, não realizando nenhuma atividade remunerada. Paralelamente, a informalidade passa a atingir mais de 50% daqueles que possuem uma ocupação. Observa-se ainda que o desemprego é maior para as mulheres, negros e jovens e pessoas com primeiro e segundo grau completo, ainda que tenha crescido mais rapidamente para homens, brancos, adultos com mais de 40 anos e pessoas com curso superior.

Apesar da elevação da renda média dos ocupados nos anos iniciais do Plano Real, estes ganhos foram eliminados durante o período de 1998 a 2003. De 2004 em diante, a renda média dos trabalhadores voltou a crescer, mas partindo de patamares muito baixos. Como resultado, observa-se um aumento da produtividade não compensado pelo aumento da renda dos trabalhadores. Tal processo teria sido ainda mais traumático caso o salário mínimo não tivesse elevado o seu poder de compra desde a metade da década passada. (BARBOSA, 2007: 16-17)

Em 2004, cerca de 54 milhões de brasileiros encontravam-se em situação de pobreza, segundo definição do IPEA, totalizando 30% da população brasileira. Cerca de 2/3 da população considerada pobre situava-se nas regiões metropolitanas e nas demais áreas urbanas. Em algumas regiões metropolitanas, o nível de pobreza chega a 60% da população como no caso de Recife. Mesmo em São Paulo, este percentual situava-se em 38%. (BARBOSA, 2007: 20)

A importância das instituições multilaterais na configuração da hegemonia americana

Para se compreender a importância das instituições multilaterais, como o Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial, para o padrão de dominação que os Estados Unidos impuseram ao mundo, é preciso atentar para o modo pelo qual a hegemonia daquele país se construiu,

Para este fim, a comparação com a Inglaterra é bastante oportuna e ilustrativa. O poderio britânico foi construído com base em instituições efetivamente imperiais, o que significa dizer que os países colonizados, protetorados e possessões eram administrados de modo mais ou menos direto pela Inglaterra.

O padrão pelo qual se definiu os Estados Unidos, grande vencedor da segunda guerra mundial, tanto em termos militares, quanto econômicos, era significativamente distinto. Aquele país, rigorosamente falando, nunca se constituiu em um império, em que pese seu imenso poderio. Por outro lado, seus interesses estratégicos e domínio econômico, se materializam justamente com o concurso da ação das instituições multilaterais, que emergiram dos acordos de Breton Woods.

O sistema ONU¹⁶, a sua vez, apensar de contar com a participação decisiva

16 Sistema da Organização das Nações Unidas – ONU. Organização criada após a Segunda Guerra Mundial, em 1945, com a função principal de manter e assegurar a paz, que reúne uma série de outros órgãos e entidades para lidar com as áreas econômica, social e cultural, que compõem o chamado “Sistema ONU”.

de várias nações centrais, complementa o a lógica de domínio americana, uma vez que os mecanismos de veto acabam por impor os interesses estratégicos daquele país ao resto do mundo.

Acordo de Bretton Woods

O acordo em questão data de 1944, recebendo o nome da cidade americana em que se realizaram os encontros. Havia duas grandes preocupações na oportunidade:

- *Reorganizar o regime pelo qual se processavam as transações internacionais, comerciais e financeiras, que estavam baseadas no **padrão ouro**;*
- *Evitar que o imediato pós-guerra induzisse uma situação de depressão econômica, como a que ocorreu em 1929.*

Padrão ouro é, em termos internacionais, o sistema monetário no qual o valor de uma moeda nacional é definido, por lei, como uma quantidade fixa de ouro.

Não por acaso, resultou dos encontros de Breton Woods o compromisso americano de converter a ouro sua moeda, se requisitado pelos países que a mantivessem sob a forma de reservas internacionais, além da criação de um conjunto de instituições, cujas metas principais consistiam em assegurar a estabilidade monetária e cambial em termos mundiais e coordenar o esforço de reconstrução do pós-guerra. O Acordo criou, então, o que ainda hoje se convencionou chamar

de “instituições de Bretton Woods”: o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial (BIRD-Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento).

Segundo o acordo de Bretton Woods as moedas dos países membros passariam a estar ligadas ao dólar variando numa estreita banda de 1% (para cima e para baixo). Com o acordo de Bretton Woods, o dólar passou a ser a moeda forte do sistema financeiro mundial e os países membros utilizavam-na para financiar os seus desequilíbrios comerciais, minimizando custos de detenção de diversas moedas estrangeiras.

O sistema Bretton Woods funcionou de maneira próxima à sua idealização por vinte anos, mas em meados dos anos 1960 emergiram dificuldades que se relacionavam à degradação da situação fiscal americana. A pressão sobre a moeda americana aumentou durante o primeiro semestre de 1971, oportunidade em que já se notava inobservância das previsões do sistema, que implicava taxas de câmbio fixas. Em 15 de Agosto Richard Nixon pôs fim ao acordo de Bretton Woods e à conversibilidade do dólar em ouro, indicando a necessidade do realinhamento cambial à nova situação. O produto final do rompimento do sistema de Bretton Woods foi a desvalorização do dólar americano com relação às demais moedas (conversíveis).

Fundo Monetário Internacional

O FMI foi criado em julho de 1944, na cidade de Bretton Woods, New Hampshire, no nordeste dos Estados Unidos, reunindo 45 países naquela

oportunidade. A primeira expectativa que mobilizou os países presentes se associava à construção de um sistema de governança e regulação que permitisse evitar cenários como aquele havido em 1929.

O FMI passou a existir formalmente em dezembro de 1945, quando seus primeiros 29 países-membros assinaram o Convênio que o instituía. Iniciou suas operações em 01 de março de 1947. Mais tarde nesse ano, a França se tornou o primeiro país a contrair empréstimos junto ao FMI.

Os países que aderiram ao FMI entre 1945 e 1971, concordaram em manter suas taxas de câmbio dentro das previsões de Bretton Woods, que estabelecera um sistema de paridades nominais, não permitindo flutuações significativas das taxas de câmbio a não ser para corrigir desequilíbrios fundamentais de balanço de pagamentos. Este acordo prevaleceu até 1971, quando o governo dos EUA suspendeu a conversibilidade do dólar em ouro (conforme se indicou acima).

Os empréstimos concedidos pelo FMI implicam condicionalidades, que, segundo o receituário do Fundo, referem-se a ajustes orçamentários, cortes nos gastos públicos, monitoramento da taxa cambial, estrangimento de consumo excessivo, contenção salarial, entre outros.

Banco Mundial

Esta instituição esteve relacionada, em sua origem, à tarefa de reconstrução europeia, no imediato pós-guerra. Conta atualmente 150 países membros, que têm participação no capital da instituição, sendo que as cotas são definidas em função

da participação de cada país membro no comércio internacional. Os Estados Unidos são o principal acionista do Banco, fato que lhe permite exercer o direito de veto.

O Banco Mundial fornece fundos para governos, para financiamento da infraestrutura de transporte, geração de energia, saneamento, contribuindo ainda em projetos de interesse social.

Organização Mundial do Comércio

A OMC está relacionada ao *General Agreement on Tariffs and Trade* (GATT) - Acordo Geral de Tarifas e Comércio - instituído após a Segunda Guerra Mundial, no âmbito dos acordos de Bretton Woods. A cronologia da criação da OMC pode ser sintetizada conforme se indica abaixo:

- *Dezembro de 1945: Estados Unidos conclamam seus aliados de guerra à criação de um acordo multilateral, visando reduzir as tarifas sobre bens;*
- *Fevereiro de 1946 - novembro de 1947: tenta-se articular, então, a Organização Internacional do Comércio, tendo se estabelecido um Comitê Preparatório para tal fim;*
- *Outubro de 1947 um acordo foi alcançado pelo GATT, e em 30 de outubro de 1947, 23 países assinaram o “Protocolo de Provisão de Aplicação do Acordo Geral de Tarifas e Comércio”; Na ausência de uma real organização internacional para o comércio, o GATT supriu essa demanda, como uma instituição provisória;*

- *Março de 1948 as negociações relacionadas à Carta da Organização Internacional do Comércio lograram êxito, fundamentalmente por força de problemas com sua subscrição por parte dos Estados Unidos.*

Neste cenário, o GATT acabou por ser o único instrumento de governança para fins do comércio internacional, até o advento da Organização Mundial do Comércio, que viria a ocorrer apenas em 1995.

A gramática neoliberal

Para que se compreenda adequadamente o modo como o País adentrou os anos dos governos Lula é necessário enfatizar que houve no período imediatamente anterior uma adesão quase que incondicional às teses neoliberais. Praticou-se, então, todos os dogmas da doutrina, que implicavam em primeiro lugar uma convicção irrestrita nos poderes do mercado, ao qual se creditava eficiência e eficácia. Estado mínimo, “desestatização”, desregulamentação, reformas liberalizantes de diferentes ordens completavam o cenário. A sanha do que alguns autores denominaram contra revolução burguesa só não chegou aos ápices que se deram, por exemplo, na Argentina e Peru porque encontrou, no Brasil, quem lhe fizesse resistência e oposição.

O fato, contudo, é que o período Fernando Henrique Cardoso se encerra com inflação sob controle, mas com um País sem projeto. A rigor a grande meta

fora a rendição incondicional ao Consenso de Washington, que resultou em uma quase renúncia ao uso das diferentes políticas públicas, no sentido de enfrentar a realidade dramática que o Brasil enfrentava, e ainda enfrenta, do ponto de vista socioeconômico.

Caracterizou-se, então, a estreiteza das perspectivas daquele governo, que em lugar de buscar a autonomia nacional na ordem internacional, confundiu esta autonomia com acesso a carros importados, viagens internacionais, internacionalização das companhias brasileira e fenômenos da espécie. A rigor, esta expectativa de inserir o Brasil no universo culto e afluyente dos países centrais, nada tem de novidade, e sequer pode ser considerada propriamente contemporânea. A reurbanização do Rio de Janeiro de princípios do século XIX, que sonhava com uma Paris tropical, as expectativas londrinas de São Paulo, o Presidente poliglota, tudo isso faz parte de uma mesma visão de mundo, que tem por centralidade os valores culturais dos dominadores.

Fundamental salientar, sob este aspecto, que esse projeto de rendição aos interesses dos mercados internacionais - visto que no neoliberalismo mundialmente hegemônico o mercado vai sempre à frente do Estado – implica uma violência sem proporção e que é preciso denunciar. O sonho idílico de um Rio de Janeiro à feição de Paris, de uma São Paulo londrina, requer que a miséria que não se pode ou pretende superar, seja expatriada para as franjas extremas da sociedade política. Implica, portanto, a naturalização da subcidadania, do gueto e, no limite, uma afronta à dignidade e aos direitos humanos.



O dilema do desenvolvimento: requerimentos que se apresentam ao Brasil.

Conquistas do período Lula

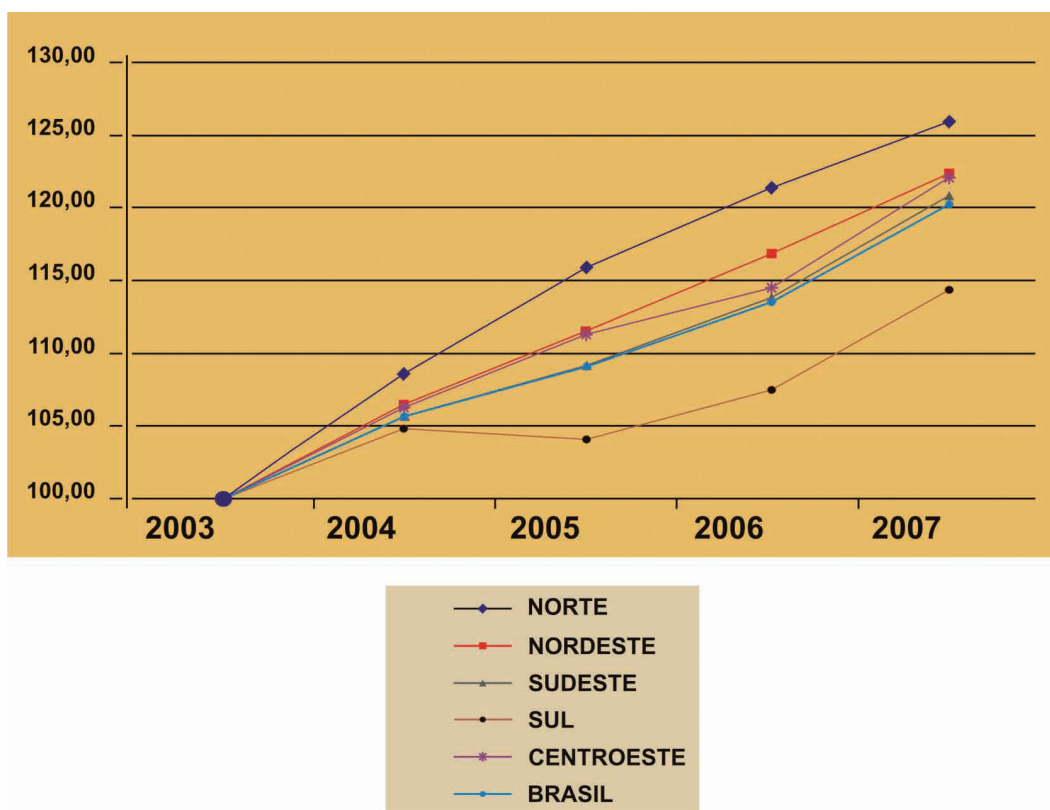
A apreciação do período Luiz Inácio Lula da Silva e de suas opções políticas exige, em primeiro lugar, considerar a imensidão dos problemas que se apresentaram a um governo eleito e comprometido com as causas populares. Séculos de política e políticas públicas feitas para as elites não poderiam ser superados em oito anos, razão pela qual, a obra notável de Lula resta obviamente incompleta.

Além da consolidação da democracia, que foi alargada com a eleição de um operário, quais são as contribuições dos governos Lula? Em primeiro lugar há que se apontar o imenso avanço que houve em termos de redução das desigualdades regionais. Norte, nordeste e centro oeste, que demonstravam baixo dinamismo econômico, decorrente da pequena diferenciação de suas economias, passaram a se desenvolver de modo diferenciado. Ainda que haja uma grande disparidade nas características de tal desenvolvimento, o fato é que no cômputo geral se deve reconhecer existir um agronegócio pujante (particularmente centro oeste), além de um processo de consolidação industrial, que anima em especial alguns estados nordestinos, como Pernambuco, Ceará e Bahia.

No bojo do aumento de dinamismo econômico regional, é preciso reconhecer ter ocorrido uma melhoria na distribuição de renda, que se deve tanto

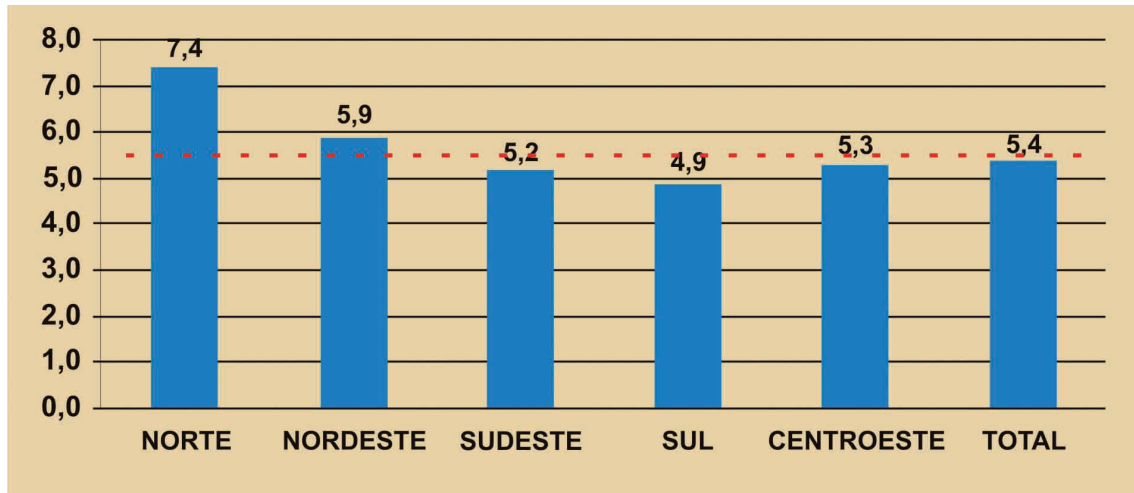
a este fator, quanto a políticas públicas explícitas, como o Bolsa Família. Os gráficos abaixo demonstram de maneira clara a evolução desse processo:

Evolução do Produto Interno Bruto – Data base 2003¹⁷



Fonte: IBGE, Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Planejamento e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA

Taxa anual de crescimento do emprego formal (% a.a) 2003-2009¹⁸



Deve-se creditar ao governo Lula, ainda, a superação do complexo neoliberal que acometida o País, fato que permitiu o enfrentamento das crises internacionais que emergiram no período em outra chave conceitual. Desta forma, em lugar de seguir o receituário oriundo do consenso de Washington e prescrições emanadas do Fundo Monetário Internacional ou Banco Mundial, o Estado brasileiro investiu em políticas anticíclicas, que permitiram não apenas evitar impactos domésticos mais significativos, mas também manter taxas positivas de crescimento econômico.

Ainda no âmbito da inserção brasileira no campo das relações internacionais, vale a pena apontar como conquista específica do governo Lula o protagonismo do

18 Autoria: Tania Bacelar, palestra proferida na sede da Fundação João Mangabeira Fonte: Rais/Caged.
Elaboração Leonardo Guimarães Neto

Brasil junto ao G20 (formado pelos países das vinte maiores economias do planeta), junto aos BRICs (grupo composto pelo Brasil, Rússia, Índia e China), no IBAS (Índia, Brasil e África do Sul), e ainda a forte liderança sob o viés de solidariedade com os vizinhos no Mercosul, notadamente ante as dificuldades enfrentadas pelo Paraguai e Bolívia. Tal aproximação repercute interesses estratégicos que não se alinham, de modo imediato, com aqueles dos países centrais, criando uma instância a partir da qual se pode pensar a questão das formulações contra hegemônicas.

Desafios por vencer

Apesar dos muitos avanços faz-se necessário considerar as insuficiências, particularmente as de natureza estratégica, que se distribuem fundamentalmente em três eixos, ou seja, ciência e tecnologia, educação e defesa. Quanto à primeira questão, ela se inscreve diretamente na questão da qualidade do desenvolvimento socioeconômico a que o Brasil pode aspirar. Sem que haja uma dinâmica vigorosa em termos de ciência e tecnologia não é possível imaginar um processo de industrialização autônomo, de grande valor agregado e, portanto, capaz de gerar oportunidades significativas em termos de crescimento de renda e sua adequada distribuição pelo tecido social.

A educação deve ser pensada em sentido semelhante, com o importante complemento de que ela é uma condição genérica para o desenvolvimento. Sem a universalização o ensino básico, a erradicação do analfabetismo, não há que se falar propriamente em desenvolvimento socioeconômico e muito menos em inclusão social.

No que se refere à defesa, é preciso que se tenha em mente que uma nação que busca a autonomia, que almeja ter uma importância em âmbito internacional e nos organismos multilaterais, não pode descuidar do aparelhamento técnico e material de suas forças armadas. Importante observar, quanto a esta questão, que a opção brasileira pelo uso estritamente civil da energia nuclear coloca o país em uma condição de ordem particular, com relação, por exemplo, a China e Índia. O fato de que esses países produzam artefatos atômicos para fins militares obriga, na prática, que os países centrais os tratem de modo diferenciado, ouvindo-os em cenários de crise.

No plano operacional, há que se considerar o problema dos limites infraestruturais que ainda vitimam o Brasil. A rigor, permanecem gargalos que impedem o país de crescer a taxas superiores a 5% ao ano, uma vez que portos, aeroportos, modais logísticos de diferentes ordens não suportam tais patamares. O crescimento dos últimos anos expôs, ainda, as insuficiências no âmbito do mercado de trabalho, que não consegue suprir adequadamente a demanda por profissionais qualificados, especialmente no terreno das engenharias.

Do ponto de vista do desenvolvimento socioeconômico é fundamental observar que, tendo havido avanços expressivos, existem pendências de igual magnitude. Se considerarmos que o Brasil se urbanizou de modo acelerado, propendendo a taxa de urbanização para 90%, a questão das cidades emerge como de primeira grandeza. É nas cidades que se materializa a exclusão; a insustentabilidade que as acomete vitima, em primeiríssimo lugar, as comunidades mais carentes. Aqueles que se vêem excluídos da maior parte dos benefícios da vida urbana, que não tem acesso à cultura e ao lazer, que sofrem com serviços públicos de qualidade ainda precaríssima, pagam com suas vidas os deslizamentos de terra, as enchentes, etc.

São, ainda, vítimas preferenciais da violência, seja ela perpetrada no âmbito da criminalidade, decorra por outro lado de seu enfrentamento, que não raro, iguala a pobreza à marginalidade. Note-se, quanto a este aspecto, que os negros jovens dos grandes centros urbanos brasileiros morrem em proporções muitas vezes superiores a regiões conflagradas e a taxas significativamente maiores do que a média de sua própria faixa etária.

A título de finalização desta seção cabe fazer menção a um tópico que tem tido uma participação de menor envergadura nos debates, mesmo de extração técnica, mas que é fundamental para os fins da emancipação do Brasil, da condição de subalternidade em que ainda se encontra. As dívidas interna e externa, que galvanizaram as atenções ao longo de todo o surto hiperinflacionário brasileiro, continua sendo um limitante ao desenvolvimento do País. Estão envolvidos aqui constrangimentos orçamentários, subordinação da política monetária à necessidade de se praticar juros que atraíam capitais externos de curto prazo, além da intensificação de um rentismo que se opõe aos interesses estratégicos da nação. Desta questão, contudo, se cuidará com maior detalhamento e precisão no texto de referência da aula 3.

Conclusão

Percorreu-se ao longo deste documento uma lógica de raciocínio que procura qualificar os modos pelos quais o Brasil lidou com sua história de dependência, assim como as estratégias desenvolvidas para superá-la. A amplitude do período abordado, longo o suficiente para cobrir os conceitos de colonialismo e neocolonialismo, não

permite evidentemente um detalhamento maior de cada processo histórico, mas permite extrair algumas evidências que podem orientar o PSB e seus militantes em sua práxis política.

O primeiro ponto a ser considerado diz respeito ao fato de que, apesar dos muitos avanços de nossa história recente, não está superado o quadro geral que se associa ao estatuto neocolonial. Somos dependentes de capital, tecnologia e infra representados nos diferentes organismos multilaterais que influem decisivamente nos rumos do planeta.

Muito embora nosso processo de industrialização tenha adquirido maturidade significativa, não temos um setor pujante de pesquisa e desenvolvimento, uma vez que ainda existem insuficiências não suplantadas no campo da ciência e tecnologia. O resultado, como se indicou no corpo do texto, nos conduz a produtos de baixo valor agregado, a uma diferenciação econômica limitada e, em consequência, a produtividade e remuneração de fatores de produção (especialmente trabalho), que são baixas do ponto de vista internacional.

Nossa agenda estratégica, de outra parte, tem prestado menos atenção do que deveria aos temas da defesa nacional, da universalização da educação básica e erradicação do analfabetismo. Tais fatores, somados ao baixo dinamismo do desenvolvimento científico e tecnológico, nos impõe restrições significativas, para que atinjamos um peso tal, que possa nos colocar na condição de atores significativos no plano mundial.

Há, portanto, muitas tarefas de interesse imediato das classes populares e da nação que restam irrealizadas. Parte deste déficit pode ser creditado ao governo

Lula, em que pese suas preocupações desenvolvimentistas e compromissos com os debaixo. As correções de rumo, contudo, não virão obviamente da oposição, posto que demonstrado não existir, no Brasil, uma oposição que se faça à direita. A rigor, a direita ou aderiu ao governo, ou está amplamente satisfeita com o quadro atual.

Caberá, portanto, à esquerda interferir no rumo dos acontecimentos, de modo a aumentar a probabilidade de que o Brasil venha a suplantar, definitivamente, sua condição de dependência. Note-se, quanto a este aspecto, que não se almeja uma condição autárquica, ou seja, de uma autodeterminação que vire as costas ao mundo. Ao contrário, é preciso pretender que a inserção de cada nação no contexto internacional se dê no contexto de um pacto, que supere o estado de natureza hobesiano, que ainda tem larga vigência nas relações entre países.

É justamente esta meta que obriga países como o Brasil, a buscar ativamente arranjos contra hegemônicos, que possam efetivamente alterar o padrão de atuação dos organismos multilaterais, que, ao longo de suas histórias, têm servido de modo quase irrestrito, aos interesses das nações centrais. No interesse do povo brasileiro, portanto, cabe ao PSB ser uma das vozes que militam incansavelmente contra as pretensões neocoloniais dos países ricos, cuja dominação encontra formas sempre novas de se impor e manifestar.

Também por isso, precisamos aprender a cultivar, incentivar e defender as manifestações culturais que são próprias a nossa gente e a seus modos de vida. O fato é que as pretensões coloniais têm uma nova fronteira, que se refere à própria produção do imaginário e, não por acaso, a indústria cultural emerge como um de seus baluartes. É preciso, portanto, resistir, e fazê-lo criativamente; opor ao

produto cultural importado, enlatado, uma cultura política vibrante, que se nutra das expectativas da liberdade e da autonomia. Cabe a partidos como o PSB animar este ambiente de resistência criativa, em que se joga uma parte significativa dos destinos do país e seu povo.



Bibliografia

BOBBIO, Norberto, MATEUCCI, Nicolas e PASQUINO Gianfranco (1997). *Dicionário de Política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 9ª Ed. Vol 1 e Vol 2.

BRAGA Ruy (2006). "Globalização ou Neocolonialismo: O FMI e a armadilha do ajuste". *Revista Outubro*, No.4. *Revista do Instituto de Estudos Socialistas*. Disponível em: http://www.revistaoutubro.com.br/edicoes/04/out4_06.pdf

CARVALHO, Fernando J.Cardim de (s/data). "Bretton Woods aos 60 Anos". Artigo para o IUPERJ.

Disponível em: http://www.ie.ufrj.br/moeda/pdfs/bretton_woods_aos_60_anos.pdf

CORTI, Ana Paula. *Textos sobre a Primeira Guerra Mundial e a Segunda Guerra Mundial*. Especial para Página 3 Pedagogia & Comunicação.

ESCOLA DE FORMAÇÃO POLÍTICA MIGUEL ARRAES, Fundação João Mangabeira. *Curso de Formação, capacitação e atualização política*. Produção editorial Abaré. Brasília: 2007. Módulo I, aula 3. RICUPERO, Bernardo. *O Pensamento Político Brasileiro*. Módulo IV, aula 1. BARBOSA, Alexandre. *Os Socialistas e o Desafio do Desenvolvimento Brasileiro*

SANDRONI, Paulo (1999). *Novíssimo dicionário de Economia*. São Paulo: Editora Best Seller.





